



Comunidade académica elege hoje Conselho Geral

Universidade de Coimbra Passagem a regime de fundação é das questões mais polémicas no processo eleitoral, que envolve 13 listas de candidatos

As eleições para o Conselho Geral da Universidade de Coimbra (UC) realizam-se hoje, entre as 9h00 e as 19h00, contando com 13 listas candidatas de professores, estudantes e pessoal não docente, algumas das quais se mostram contra a passagem a regime fundacional.

Das restantes sete listas candidatas nenhuma se assume a favor; ao preferirem não tomar uma posição sobre a passagem da UC a fundação antes das eleições, optando por iniciar primeiro o debate e ouvir os seus pares.

A transformação ou não da instituição em fundação deverá ser discutida no Conselho Geral que vier a ser eleito, depois de o reitor ter proposto o início do debate da passagem ao regime fundacional em Julho.

O Conselho Geral, um dos órgãos de governo da universidade, é composto por 18 representantes dos professores e investigadores, cinco representantes dos estudantes, dois representantes dos trabalhadores não docentes e dez personalidades externas à UC.

Das quatro listas dos docentes e investigadores contactadas, apenas a lista A, encabeçada por Ernesto Costa, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UC (FCTUC), se afirma «contra a passagem ao regime fundacio-



Universidade elegerá hoje um dos seus órgãos de governo

nal». Como argumentos, Ernesto Costa aponta para a possibilidade de a universidade efectuar contratações com base em direito privado e a existência de um conselho de curadores que reduziria a democracia e a participação na instituição.

Já a lista I, liderada por Cláudia Cavadas, de Farmácia, defende apenas um «debate alargado» - posição igualmente assumida pela lista U, encabeçada por Luís Silva, da FCTUC, que considera a questão «demasiado importante para ser discutida numas eleições».

Também a lista E não assume uma posição, com António Antunes, da FCTUC, a considerar

que, havendo uma passagem a fundação, o papel do Conselho Geral «não vai ser diminuído».

Dos candidatos não docentes, apenas uma lista de três - lista T - se assume contra, por «a passagem a fundação não estar prevista no plano estratégico» da UC que está em vigor até 2019, explica a cabeça de lista, Cristina Pinto.

As listas D e IN pretendem ouvir os trabalhadores antes de tomar uma posição. No entanto, António Queirós, da IN, refere que, se a posição da sua lista inicialmente era «neutra», hoje «é muito pouco favorável».

A passagem da fundação torna a UC «mais dependente

de interesses privados e a formação do conselho de curadores, com a nomeação de seis pessoas externas, pode ser bastante perigosa e levar à perda da autonomia universitária», sustenta a estudante de Medicina Ana Rita Ramos, da lista C.

A posição é partilhada pelas listas A e P, sendo que a lista V, liderada por Henrique Cabral, se assume somente como «tendencialmente contra», face aos «riscos associados» de algo que poderá «ser um caminho para a privatização da universidade».

Alfredo Campos, candidato a representante dos doutorandos, disse à agência Lusa que a lista D «decidiu candidatar-se, acima de tudo, por causa da passagem a fundação», assumindo uma posição contra aquilo que entende como uma «machadada final na gestão democrática» da instituição.

Já a lista J, defende a realização de um plenário, por ser uma «temática muito desconhecida» no seio da academia.

Nas listas, há também propostas para garantir uma eleição mais directa do reitor; reduzir os poderes dos directores das faculdades; reduzir o valor da propina de estudantes nacionais e internacionais; criar bolsas de acção social para doutorandos ou a aposta na investigação e transferência do conhecimento para a sociedade. «